

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí**

**Balancos patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Circulante</b>		<b>98.769</b>	<b>83.041</b>	<b>Circulante</b>		<b>10.909</b>	<b>9.339</b>
Disponibilidades	3	37	6	Outras obrigações	9	10.909	9.339
Instrumentos financeiros							
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	29.601	20.243	<b>Não circulante</b>		<b>7.582</b>	<b>4.698</b>
Operações de crédito	5	59.315	54.077	Provisões	10	7.582	4.698
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(942)	(679)				
Outros créditos	7	10.758	9.394	<b>Patrimônio líquido</b>	11	<b>99.108</b>	<b>86.335</b>
<b>Não circulante</b>		<b>18.830</b>	<b>17.331</b>	Capital social		74.270	69.721
Realizável a longo prazo				Reserva legal		9.932	7.352
Instrumentos financeiros				Reserva para contingências		-	469
Operações de crédito	4	18.175	16.823	Sobras acumuladas		14.906	8.793
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	(137)	(110)				
Imobilizado de uso	8	328	328	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>117.599</b>	<b>100.372</b>
Intangível	8	1.414	1.179				
(-) Depreciações e amortizações	8	(950)	(889)				
<b>Total do ativo</b>		<b>117.599</b>	<b>100.372</b>				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí**

**Demonstrações do resultado**

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
Em milhares de reais

	Nota	2021	2020	
		2º semestre	Exercício	Exercício
<b>Ingressos da intermediação financeira</b>		<b>10.517</b>	<b>19.622</b>	<b>14.085</b>
Operações de crédito	5a	9.896	18.816	13.439
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	621	806	646
<b>Dispêndios da intermediação financeira</b>		<b>(349)</b>	<b>(689)</b>	<b>(483)</b>
Provisão para perdas em operações de crédito	6b	(349)	(689)	(483)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>10.168</b>	<b>18.933</b>	<b>13.602</b>
<b>Outros ingressos operacionais</b>		<b>769</b>	<b>2.015</b>	<b>245</b>
Ingressos de prestação de serviços		6	15	19
Outros ingressos operacionais	12	763	2.000	226
<b>Outros (dispêndios) operacionais</b>		<b>(1.621)</b>	<b>(3.254)</b>	<b>(3.679)</b>
Dispêndios administrativos	13	(957)	(1.889)	(1.794)
Dispêndios de pessoal e honorários	14	(607)	(1.230)	(1.498)
Dispêndios de depreciação e amortização		(51)	(124)	(344)
Outros dispêndios operacionais		(6)	(11)	(43)
<b>Resultado operacional</b>		<b>9.316</b>	<b>17.694</b>	<b>10.168</b>
Resultado não operacional		(7)	(9)	(12)
<b>Resultado antes da tributação</b>		<b>9.309</b>	<b>17.685</b>	<b>10.156</b>
Imposto de renda e contribuição social		(2)	(5)	(6)
<b>Resultado antes das participações estatutárias</b>		<b>9.307</b>	<b>17.680</b>	<b>10.150</b>
Participações dos funcionários		-	(174)	(80)
<b>Sobra líquida do exercício</b>		<b>9.307</b>	<b>17.506</b>	<b>10.070</b>





**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí**

**Demonstrações do resultado abrangente**

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020  
Em milhares de reais

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobra líquida dos exercícios	9.307	17.506	10.070
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Resultado abrangente dos exercícios</b>	<b>9.307</b>	<b>17.506</b>	<b>10.070</b>



**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de sobras		Sobras acumuladas	Total
		Reserva legal	Reserva para contingências		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>65.622</b>	<b>5.867</b>	<b>300</b>	<b>7.392</b>	<b>79.181</b>
Aumento de reserva com sobras	-	723	169	(892)	-
Destinação para o FATES	-	-	-	(6.500)	(6.500)
Integralizações de capital	19.278	-	-	-	19.278
Devoluções de capital	(15.179)	-	-	-	(15.179)
Utilização da reserva	-	(244)	-	244	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	10.070	10.070
Destinação da reserva legal	-	1.006	-	(1.006)	-
FATES - cooperados	-	-	-	(503)	(503)
FATES - não cooperados	-	-	-	(12)	(12)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>69.721</b>	<b>7.352</b>	<b>469</b>	<b>8.793</b>	<b>86.335</b>
Aumento de reserva com sobras	-	862	169	(1.031)	-
Destinação para o FATES	-	-	-	(7.762)	(7.762)
Integralizações de capital	19.138	-	-	-	19.138
Devoluções de capital	(14.589)	-	-	-	(14.589)
Utilização da reserva	-	(32)	-	32	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	17.506	17.506
Destinação da reserva legal	-	1.750	-	(1.750)	-
FATES - cooperados	-	-	(638)	(874)	(1.512)
FATES - não cooperados	-	-	-	(8)	(8)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>74.270</b>	<b>9.932</b>	<b>-</b>	<b>14.906</b>	<b>99.108</b>

	Capital social	Reservas de sobras		Sobras acumuladas	Total
		Reserva legal	Reserva para contingências		
<b>Saldos em 1º de julho de 2021</b>	<b>72.606</b>	<b>8.214</b>	<b>-</b>	<b>8.199</b>	<b>89.019</b>
Integralizações de capital	9.730	-	-	-	9.730
Devoluções de capital	(8.066)	-	-	-	(8.066)
Utilização da reserva	-	(32)	-	32	-
Sobra líquida do semestre	-	-	-	9.307	9.307
Destinação da reserva legal	-	1.750	-	(1.750)	-
FATES – cooperados	-	-	-	(874)	(874)
FATES - não cooperados	-	-	-	(8)	(8)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>74.270</b>	<b>9.932</b>	<b>-</b>	<b>14.906</b>	<b>99.108</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

	<b>2021</b>	<b>2020</b>	
	<b>2º semestre</b>	<b>Exercício</b>	
	<b>Exercício</b>	<b>Exercício</b>	
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>13.046</b>	<b>5.776</b>	<b>(12.662)</b>
Sobra ajustada do semestre/exercícios	9.707	18.319	11.179
Sobra líquida do semestre/exercícios	9.707	17.506	10.070
Provisão para perdas em operações de crédito	349	689	483
Depreciações e amortizações	51	124	344
Residual de baixas de imobilizado de uso e intangível	-	-	251
Provisões passivas	-	-	31
Redução (aumento) nos ativos	6.389	(8.353)	(19.303)
Operações de crédito	6.335	(6.989)	(18.299)
Outros créditos	54	(1.364)	(1.004)
Aumento (redução) nos passivos	(3.050)	(4.190)	(4.538)
Provisões e outras obrigações	(3.050)	(4.190)	(4.538)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(298)</b>	<b>(298)</b>	<b>(472)</b>
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(298)	(298)	(472)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>1.664</b>	<b>3.911</b>	<b>4.099</b>
Destinação para o FATES		(638)	
Integralizações de capital	9.730	19.138	19.278
Devoluções de capital	(8.066)	(14.589)	(15.179)
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>14.412</b>	<b>9.389</b>	<b>(9.035)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (nota 3)	15.226	20.249	29.284
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (nota 3)</b>	<b>29.638</b>	<b>29.638</b>	<b>20.249</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais

## **1 Contexto operacional**

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí (Cooperativa), foi constituída em 14 de outubro de 1974, está sediada na Alameda Lorena, nº 58, em São Paulo e adquiriu personalidade na data de 2 de abril de 1975, através do registro sob o nº 46.277.273/0001-89.

Tem por objetivo social a educação cooperativista e assistência financeira dos seus associados, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito.

Podem se associar à Cooperativa todas as pessoas físicas que estejam na plenitude de sua capacidade civil, concordem com o presente Estatuto, preencham as condições nele estabelecidas e sejam empregados ou prestadores de serviços em caráter não eventual de qualquer sociedade que compõe ou venha a compor o Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí. Podem associar-se também os empregados ou prestadores de serviços em caráter não eventual, das sociedades que compõe ou venham a compor o Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí, menores entre 16 e 18 anos, os quais não terão direito ao exercício de cargos eletivos e deverão ser devidamente assistidos por seus representantes legais nos atos e operações que realizarem com a Cooperativa.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN) e está enquadrada no segmento 5 (S5), nos termos da Resolução CMN nº 4.553/2017.

Em 30 de abril de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social de Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar – GPAtiva para Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí.

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Cooperativa tomou providências relacionadas às formas de trabalho e vem tratando o assunto, coordenando as ações e promovendo orientações e posicionamentos para todos os funcionários. Considerando as informações e os dados até o momento, não há a visibilidade de impacto nas demonstrações financeiras ou alterações nas estimativas contábeis durante o exercício de 2021.



## 2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

### a **Apresentação das demonstrações financeiras**

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 4 de fevereiro de 2022, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

### b **Descrição das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### b.1 **Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

#### b.2 **Estimativas contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

#### b.3 **Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.



**b.4 Títulos e valores mobiliários**

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

**b.5 Operações de crédito**

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

**b.6 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

**b.7 Imobilizado de uso**

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

**b.8 Intangível**

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.





**b.9 Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**b.10 Provisões**

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

**b.11 Demais ativos e passivos**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

**b.12 Ativos e passivos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

**b.13 Segregação do circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.



**b.14 Imposto de renda e contribuição social**

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

A alíquota da CSLL para as cooperativas de crédito foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, conforme Medida Provisória nº 1.034/21. As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre as receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

**b.15 Resultados recorrentes e não recorrentes**

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

**3. Caixa e equivalentes de caixa**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Disponibilidades	37	6
Aplicações interfinanceiras de liquidez	29.601	20.243
	<b>29.638</b>	<b>20.249</b>

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

**4. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Letras Financeiras do Tesouro	29.601	20.243

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez da Cooperativa estavam compostas por títulos de Letras Financeiras do Tesouro, com remuneração de, aproximadamente, 96% do CDI.



Foi registrado no resultado do exercício, em aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 806 (R\$ 646 em 2020).

5. Operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	59.315	18.175	70.900	54.077	16.823	70.900

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendas no montante de R\$ 18.816 (R\$ 13.439 em 2020).

b. Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2021			2020		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	75.674	75.674	-	69.825	69.825
C	3,0	56	393	449	64	193	257
D	10,0	76	269	345	83	164	247
E	30,0	87	198	285	69	85	154
F	50,0	67	89	156	40	30	70
G	70,0	83	119	202	41	29	70
H	100,0	100	241	138	211	66	277
		<b>610</b>	<b>76.880</b>	<b>77.490</b>	<b>508</b>	<b>70.392</b>	<b>70.900</b>

c. Composição da carteira por faixa de vencimento

Ano	2021	2020
2021	-	-
2022	15.619	13.565
2023 a 2031	2.556	3.258
	<b>18.175</b>	<b>16.823</b>

d. Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 903 (R\$ 839 em 2020). Em 2021, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 351 (R\$ 226 em 2020), registrados em outros ingressos operacionais.



6. (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a Composição por tipo de operação

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(942)	(137)	(1.079)	(679)	(110)	(789)

b Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2020	2020
<b>Saldo inicial</b>	<b>(789)</b>	<b>(799)</b>
Créditos baixados para prejuízo	390	493
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(689)	(483)
	9	-
<b>Saldo final</b>	<b>(1.079)</b>	<b>(789)</b>

7. Outros créditos

Descrição	2021	2020
Títulos e créditos a receber (i)	10.465	8.925
Diversos:		
Adiantamentos e antecipações salariais	5	4
Adiantamento por conta de imobilizações	284	465
Devedores diversos	4	-
	<b>10.758</b>	<b>9.394</b>

- (i) Trata-se de recebimentos de empréstimos e integralizações mensais, que são descontados em folha de pagamento e repassados à Cooperativa no mês subsequente.



8. Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

Descrição	Taxa anual de Depreciação/ amortização	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	2021		2020	
				Líquido	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido
<b>Imobilizado de uso</b>							
Instalações	10%	156	(58)	98	156	(43)	113
Móveis e equipamentos de uso	10% / 20%	172	(67)	105	172	(45)	127
		<b>328</b>	<b>(125)</b>	<b>203</b>	<b>328</b>	<b>(88)</b>	<b>240</b>
<b>Intangível</b>							
Software	12,5% / 33%	834	(245)	589	599	(253)	346
Projeto expansão	33%	580	(580)	-	580	(548)	32
		<b>1.414</b>	<b>(825)</b>	<b>378</b>	<b>1.179</b>	<b>(801)</b>	<b>378</b>
		<b>1.742</b>	<b>(950)</b>	<b>618</b>	<b>1.507</b>	<b>(889)</b>	<b>618</b>

9. Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

Descrição	2021	2020
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados Sociais e estatutárias:	28	2
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	10.411	8.838
Quotas de capital a pagar	256	250
	<b>10.667</b>	<b>9.088</b>
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	88	69
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	125	177
Credores diversos no País	1	3
	<b>126</b>	<b>180</b>
	<b>10.909</b>	<b>9.339</b>

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 11b).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.



## 10 Provisões

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão para outras contingências (i)	31	31
Provisão para contingências (ii)	7.551	4.667
	<b>7.582</b>	<b>4.698</b>

- (i) A Cooperativa é ré em 1 (uma) demanda discutida na esfera judicial, sendo o processo de natureza cível, com valor total de R\$ 50, em 31 de dezembro de 2021, classificados pelo seu assessor jurídico como perda provável, sobre a qual a administração da Cooperativa optou, em constituir provisão no valor de R\$31.
- (ii) No exercício de 2018, a Cooperativa constatou, através de trabalho específico e de terceiros especialistas, pagamentos indevidos e a maior de tributos federais de exercícios anteriores, sendo objetos de pedidos de compensação do Imposto de Operações Financeiras – IOF, no período. Desse modo, foi registrado o montante de R\$ 7.551 (R\$ 4.667 em 2020) referente a tributos já compensados, mas ainda não homologados pela Receita Federal.

## 11 Patrimônio líquido

### a Capital social

É representado pelas integralizações de 81.589 e 86.805 cooperados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas partes.

No exercício de 2021, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 19.138 (R\$ 19.278 em 2020), e ocorreram devoluções em 2021, no montante de R\$ 14.589 (R\$ 15.179 em 2020) proveniente de cooperados desligados.

O capital social é de R\$ 74.270 e de R\$ 69.721 em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.



**b Destinações estatutárias e legais**

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2021 e de 2020, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2020</b>
Sobra líquida do exercício (base de cálculo das destinações)	17.506	10.070
Destinações estatutárias:		
Reserva legal 10% (i)	(1.750)	(1.006)
FATES 5% (ii)	(874)	(503)
Transferido para FATES (iii)	(8)	(12)
Reversão da reserva legal (iv)	32	244
Sobras à disposição da Assembleia Geral	<b>14.906</b>	<b>8.793</b>

- (i) 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- (ii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 9(i)).
- (iii) Transferência de resultado de ato não cooperativo das sobras para o FATES.
- (iv) Reversão da Reserva Legal para as sobras, referente ao plano de expansão.

**c Sobras (perdas) acumuladas**

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovada as destinações das sobras acumuladas do exercício de 2020, para o FATES (R\$ 7.762), para a reserva legal (R\$ 862) e para reserva de contingências (R\$ 169).



## 12 Outros ingressos operacionais

Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Contribuição Cooperativa (i)	484	812	-
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 5d)	169	351	226)
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 6b)	-	9	-
Outras rendas operacionais	110	828	-
	<b>763</b>	<b>2.000</b>	<b>226</b>

(i) Trata-se contribuição mensal no valor de R\$ 1,00 dos cooperados ativos para melhor atender a equanimidade de cobertura das despesas da Cooperativa.

## 13 Dispêndios administrativos

Descrição	2020		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de Cost Sharing (i)	(348)	(696)	(696)
Serviços técnicos especializados	(244)	(448)	(444)
Desenvolvimento e manutenção de sistemas	(258)	(438)	(310)
Despesas OCESP	-	(146)	(140)
Outros	(80)	(161)	(204)
	<b>(957)</b>	<b>(1.889)</b>	<b>(1.794)</b>

(i) Refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa dos serviços prestados pelo Grupo Pão de Açúcar -GPA.

## 14 Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(416)	(846)	(939)
Encargos sociais	(149)	(297)	(446)
Benefícios a empregados	(42)	(87)	(113)
	<b>(607)</b>	<b>(1.230)</b>	<b>(1.498)</b>





## 15 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

## 16 Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

## 17 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

### DIRETORIA

	2020	Total da Conta	% Total	2020	Total da Conta	% Total
Capital Social	10	74.270	0,01%	8	69.721	0,01%

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	2021	Total da Conta	% Total	2020	Total da Conta	% Total
Capital Social	26	74.270	0,03%	23	69.721	0,03%



## CONSELHO FISCAL

	2021	Total da Conta	% Total	2020	Total da Conta	% Total
Empréstimos	42	77.490	0,05%	26	70.900	0,04%
Capital Social	33	74.270	0,04%	21	69.721	0,03%

## GERÊNCIA

	2021	Total da Conta	% Total	2020	Total da Conta	% Total
Capital Social	4	74.270	0,010%	3	69.721	0,00%
Remuneração	327	-	-	239	-	-

A Cooperativa possui relação transacional com o Grupo Pão de Açúcar, decorrentes da associação dos funcionários. Entre as obrigações do Grupo Pão de Açúcar com essa relação, estão os repasses para a Cooperativa, de valores correspondentes a integralização de capital e quitação de parcelas de empréstimos, cujos descontos ocorrem em suas folhas de pagamento.

	2021	2020
<b>Empresa</b>	<b>Transferências</b>	<b>Transferências</b>
Cia Brasileira de Distribuição	70.107	63.201
Sendas Distribuidora	48.384	-
SCB Distr Com Varj de Alimentos	2.873	-
Novac Comercial Ltda.	44	34
Greenyellow BR	37	58
GPA Malls & Properties	31	28
STIX Fidelidade e Inteligência S/A	31	21
Instituto P.A. Desenv. Humano	23	29
Coop Econ. e Créd. M. Empr. GPA	10	-
Greenyellow Perf. Energetica S/A	1	-
Assai	-	32.757
Comprebem	-	1.756
	<b>121.541</b>	<b>97.884</b>

## 18 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão de risco da entidade é definida na política que atende aos requisitos predefinidos nas Resoluções nº 4.557/2017 e Resolução 4.606/2017 do BACEN e visa direcionar a estrutura integrada e simplificada de gerenciamento contínuo de riscos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que a Cooperativa está exposta de maneira relevante.



**a Risco operacional**

A gestão de risco operacional é definida como gerenciamento da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição inclui o controle do risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Cooperativa.

Em atendimento à Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, a Cooperativa mantém processo de gerenciamento de risco operacional que inclui: as diretrizes, os procedimentos para controles, método de apuração de não conformidades que geram perdas, as avaliações dos riscos da atividade e os processos decisórios.

Estas atividades serão realizadas de acordo com as responsabilidades e alçadas de cada integrante, conforme destaques abaixo:

**b Diretoria Executiva**

É responsável pelo cumprimento das políticas, normas e metodologias aplicáveis para o monitoramento e gerenciamento dos riscos, pela propositura de projetos e ações mitigadoras de riscos, bem como pela implementação de suas deliberações.

É responsável por avaliar as políticas, normas e metodologias de monitoramento dos riscos, aprovar as estratégias e as políticas para o adequado gerenciamento dos riscos e supervisionar a sua observância e implementação, em conformidade com os normativos aplicáveis.

**Diretor Responsável**

Responsável pela implantação e a implementação da área e da estrutura de controles dos riscos operacionais e do estabelecimento dos procedimentos pertinentes aos mesmos, e a verificação sistemática da adoção e do cumprimento desses objetivos. O Diretor responsável informará periodicamente à Diretoria Executiva as medidas tomadas bem como o resultado alcançado.

**c Gestor de risco operacional**

O Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT) é responsável por monitorar, controlar e acompanhar os indicadores de riscos instituídos pela Cooperativa, avaliar sistematicamente os processos e propor novos pontos de controle relacionados aos riscos, sempre que necessário.

**d Risco de mercado**

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, define como risco de a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Estão incluídos nesta definição os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).



O processo de gerenciamento de risco de mercado inclui: as diretrizes, os procedimentos para controles, método alinhado ao mercado, as avaliações dos riscos da atividade e os processos decisórios. As atividades serão realizadas de acordo com as responsabilidades e alçadas de cada integrante, conforme destaques abaixo:

**e Diretoria Executiva**

Responsável por aprovar a política de Gerenciamento Integrado e Contínuo de Riscos e avaliá-la no mínimo, uma vez ao ano, verificando e revisando a sua eficácia, e propondo melhorias ou adequações para atingir o objetivo proposto.

**f Diretor responsável**

Responsável pela implantação e a implementação da área e da estrutura de controles dos riscos de mercado e do estabelecimento dos procedimentos pertinentes aos mesmos, e a verificação sistemática da adoção e do cumprimento desses objetivos. O Diretor responsável informará periodicamente à Diretoria Executiva as medidas tomadas bem como o resultado alcançado.

**g Gestor de risco de mercado**

O Coordenador Financeiro é responsável pela mensuração, monitoramento e controle do risco de mercado, bem como responsável pela consolidação e apresentação de relatórios, quando necessário.

O Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT) é responsável pela remessa de informações ao BACEN de que trata a legislação vigente.

Admite-se que o gestor de risco de mercado seja o mesmo de risco operacional, desde que uma atividade não atrapalhe a outra e haja relação harmoniosa entre ambas, visto a estrutura de cooperativa.

Objetivando a contingência do Gestor de Risco, numa eventualidade assume sua função o Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT), que será treinado em tempo hábil e receberá informações do processo periodicamente.

**h Risco de crédito**

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, permitir a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados a Cooperativa.

As formas de pagamento dos empréstimos são consignação em folha de pagamento, nos casos de quitação antecipada, são efetuados via depósito em conta corrente da Cooperativa. Foi contratado sistema de automação de cooperativas de crédito que gera análise dos riscos, considerando pontuação obtida nas variáveis da avaliação cadastral, conforme Tabela “Análise de Rating, e são efetuadas avaliações do risco da operação.

A classificação das operações nos níveis de risco da Cooperativa será revista mensalmente e classificado conforme disposto na Resolução nº 2.682/1999.



**i Risco de liquidez**

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, trata da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações”.

Caberá à Diretoria Executiva rever as políticas de captação e de liberação de crédito para adequações condizentes com a realidade econômica e financeira da Cooperativa pelo período necessário ao equilíbrio financeiro.

**j Risco socioambiental – PRSA**

A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental previsto na Resolução nº 4.327/2014 do BACEN, deve conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas.

**k Risco de Capital**

O conceito de risco de capital não compõe o conteúdo do Manual de Controles Internos da Cooperativa (classificada como Cooperativa Clássica), uma vez que é obrigatório somente para Cooperativas Plenas conforme previsto artigo 40 §2º e 3º da Resolução 4.557/2017, do BACEN.

**Mirella Basolli Gomiero**  
Presidente do Conselho de Administração  
CPF 038.102.026-65

**Valéria Machado da Costa Mesquita**  
Contadora CRC 1SP 193.225/O-3  
CPF: 175.992.918-22

**Marcelo Simões Pato**  
Diretor responsável pela área  
contábil CPF: 258.510.538-52





**MOORE**

RTA-046-2022

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo  
dos Empregados do Grupo Casino, Grupo  
Pão de Açúcar e Grupo Assaí**

**Demonstrações financeiras de 31 de dezembro  
de 2021 e o relatório do auditor independente**



RTA-046-2022

Ribeirão Preto SP, 28 de fevereiro de 2022.

À  
**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e  
Grupo Assaí**  
São Paulo SP

Atenção da Senhora **Mirella Basolli Gomiero**  
**Presidente do Conselho de Administração**

Prezada Senhora:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

**Moore Prisma Auditores e Consultores****Hélio Mazzi Júnior**  
Diretor

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí**

**Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente**

**Sumário**

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....</b>	<b>2</b>
Demonstrações financeiras	
<b>Balancos patrimoniais.....</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações do resultado.....</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente .....</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa .....</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras .....</b>	<b>10</b>
1 Contexto operacional .....	10
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis .....	11
3 Caixa e equivalentes de caixa.....	14
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	14
5 Operações de crédito .....	15
6 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito .....	16
7 Outros créditos .....	17
8 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações.....	17
9 Outras obrigações .....	17
10 Provisões .....	18
11 Patrimônio líquido.....	18
12 Outros ingressos operacionais.....	19
13 Dispêndios administrativos.....	20
14 Dispêndios de pessoal e honorários .....	20
15 Seguros contratados .....	20
16 Resultado não recorrente.....	20
17 Partes relacionadas.....	21
18 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos.....	22



**Relatório do auditor independente  
sobre as demonstrações financeiras**

Aos cooperados e administradores da

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí**  
São Paulo SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 4 de fevereiro de 2022.

**Moore Prisma Auditores Independentes**  
CRC 2SP017256/O-3



**Hélio Mazz Júnior**  
CRC 1SP189107/O-3

## Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí

### Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Circulante</b>		<b>98.769</b>	<b>83.041</b>	<b>Circulante</b>		<b>10.909</b>	<b>9.339</b>
Disponibilidades	3	37	6	Outras obrigações	9	10.909	9.339
Instrumentos financeiros				<b>Não circulante</b>		<b>7.582</b>	<b>4.698</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	29.601	20.243	Provisões	10	7.582	4.698
Operações de crédito	5	59.315	54.077	<b>Patrimônio líquido</b>	11	<b>99.108</b>	<b>86.335</b>
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(942)	(679)	Capital social		74.270	69.721
Outros créditos	7	10.758	9.394	Reserva legal		9.932	7.352
<b>Não circulante</b>		<b>18.830</b>	<b>17.331</b>	Reserva para contingências		-	469
Realizável a longo prazo				Sobras acumuladas		14.906	8.793
Instrumentos financeiros							
Operações de crédito	4	18.175	16.823				
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	(137)	(110)				
Imobilizado de uso	8	328	328				
Intangível	8	1.414	1.179				
(-) Depreciações e amortizações	8	(950)	(889)				
<b>Total do ativo</b>		<b>117.599</b>	<b>100.372</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>117.599</b>	<b>100.372</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí

### Demonstrações do resultado

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

		2021		2020
	Nota	2º semestre	Exercício	Exercício
<b>Ingressos da intermediação financeira</b>		<b>10.517</b>	<b>19.622</b>	<b>14.085</b>
Operações de crédito	5a	9.896	18.816	13.439
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	621	806	646
<b>Dispêndios da intermediação financeira</b>		<b>(349)</b>	<b>(689)</b>	<b>(483)</b>
Provisão para perdas em operações de crédito	6b	(349)	(689)	(483)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>10.168</b>	<b>18.933</b>	<b>13.602</b>
<b>Outros ingressos operacionais</b>		<b>769</b>	<b>2.015</b>	<b>245</b>
Ingressos de prestação de serviços		6	15	19
Outros ingressos operacionais	12	763	2.000	226
<b>Outros (dispêndios) operacionais</b>		<b>(1.621)</b>	<b>(3.254)</b>	<b>(3.679)</b>
Dispêndios administrativos	13	(957)	(1.889)	(1.794)
Dispêndios de pessoal e honorários	14	(607)	(1.230)	(1.498)
Dispêndios de depreciação e amortização		(51)	(124)	(344)
Outros dispêndios operacionais		(6)	(11)	(43)
<b>Resultado operacional</b>		<b>9.316</b>	<b>17.694</b>	<b>10.168</b>
Resultado não operacional		(7)	(9)	(12)
<b>Resultado antes da tributação</b>		<b>9.309</b>	<b>17.685</b>	<b>10.156</b>
Imposto de renda e contribuição social		(2)	(5)	(6)
<b>Resultado antes das participações estatutárias</b>		<b>9.307</b>	<b>17.680</b>	<b>10.150</b>
Participações estatutárias nas sobras		-	(174)	(80)
<b>Sobra líquida do exercício</b>		<b>9.307</b>	<b>17.506</b>	<b>10.070</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí

### Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

	<b>2º semestre</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>9.307</b>	<b>Exercício</b>	<b>Exercício</b>
<b>Sobra líquida dos exercícios</b>	<b>9.307</b>	<b>17.506</b>	<b>10.070</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Resultado abrangente dos exercícios</b>	<b>9.307</b>	<b>17.506</b>	<b>10.070</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de sobras		Sobras acumuladas	Total
		Reserva legal	Reserva para contingências		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>65.622</b>	<b>5.867</b>	<b>300</b>	<b>7.392</b>	<b>79.181</b>
Aumento de reserva com sobras	-	723	169	(892)	-
Destinação para o FATES	-	-	-	(6.500)	(6.500)
Integralizações de capital	19.278	-	-	-	19.278
Devoluções de capital	(15.179)	-	-	-	(15.179)
Utilização da reserva	-	(244)	-	244	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	10.070	10.070
Destinação da reserva legal	-	1.006	-	(1.006)	-
FATES - cooperados	-	-	-	(503)	(503)
FATES - não cooperados	-	-	-	(12)	(12)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>69.721</b>	<b>7.352</b>	<b>469</b>	<b>8.793</b>	<b>86.335</b>
Aumento de reserva com sobras	-	862	169	(1.031)	-
Destinação para o FATES	-	-	-	(7.762)	(7.762)
Integralizações de capital	19.138	-	-	-	19.138
Devoluções de capital	(14.589)	-	-	-	(14.589)
Utilização da reserva	-	(32)	-	32	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	17.506	17.506
Destinação da reserva legal	-	1.750	-	(1.750)	-
FATES - cooperados	-	-	(638)	(874)	(1.512)
FATES - não cooperados	-	-	-	(8)	(8)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>74.270</b>	<b>9.932</b>	<b>-</b>	<b>14.906</b>	<b>99.108</b>

	Capital social	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
<b>Saldos em 1º de julho de 2021</b>	<b>72.606</b>	<b>8.214</b>	<b>8.199</b>	<b>89.019</b>
Integralizações de capital	9.730	-	-	9.730
Devoluções de capital	(8.066)	-	-	(8.066)
Utilização da reserva	-	(32)	32	-
Sobra líquida do semestre	-	-	9.307	9.307
Destinação da reserva legal	-	1.750	(1.750)	-
FATES - cooperados	-	-	(874)	(874)
FATES - não cooperados	-	-	(8)	(8)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>74.270</b>	<b>9.932</b>	<b>14.906</b>	<b>99.108</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí

### Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

	2021	2020	
	2º semestre	Exercício	
	Exercício	Exercício	
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>13.046</b>	<b>5.776</b>	<b>(12.662)</b>
Sobra ajustada do semestre/exercícios	9.707	18.319	11.179
Sobra líquida do exercício	9.307	17.506	10.070
Provisão para perdas em operações de crédito	349	689	483
Depreciações e amortizações	51	124	344
Residual de baixas de imobilizado de uso e intangível	-	-	251
Provisões passivas	-	-	31
Redução (aumento) nos ativos	6.389	(8.353)	(19.303)
Operações de crédito	6.335	(6.989)	(18.299)
Outros créditos	54	(1.364)	(1.004)
Aumento (redução) nos passivos	(3.050)	(4.190)	(4.538)
Provisões e outras obrigações	(3.050)	(4.190)	(4.538)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(298)</b>	<b>(298)</b>	<b>(472)</b>
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(298)	(298)	(472)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>1.664</b>	<b>3.911</b>	<b>4.099</b>
Destinação para o FATES	-	(638)	-
Integralizações de capital	9.730	19.138	19.278
Devoluções de capital	(8.066)	(14.589)	(15.179)
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>14.412</b>	<b>9.389</b>	<b>(9.035)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.226	20.249	29.284
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>29.638</b>	<b>29.638</b>	<b>20.249</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



# **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí**

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

## **1 Contexto operacional**

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí (Cooperativa), foi constituída em 14 de outubro de 1974, está sediada na Alameda Lorena, nº 58, em São Paulo e adquiriu personalidade na data de 2 de abril de 1975, através do registro sob o nº 46.277.273/0001-89.

Tem por objetivo social a educação cooperativista e assistência financeira dos seus associados, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito.

Podem se associar à Cooperativa todas as pessoas físicas que estejam na plenitude de sua capacidade civil, concordem com o presente Estatuto, preencham as condições nele estabelecidas e sejam empregados ou prestadores de serviços em caráter não eventual de qualquer sociedade que compõe ou venha a compor o Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí. Podem associar-se também os empregados ou prestadores de serviços em caráter não eventual, das sociedades que compõe ou venham a compor o Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí, menores entre 16 e 18 anos, os quais não terão direito ao exercício de cargos eletivos e deverão ser devidamente assistidos por seus representantes legais nos atos e operações que realizarem com a Cooperativa.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN) e está enquadrada no segmento 5 (S5), nos termos da Resolução CMN nº 4.553/2017.

Em 30 de abril de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social de Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Pão de Açúcar – GPAtiva para Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados do Grupo Casino, Grupo Pão de Açúcar e Grupo Assaí.

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Cooperativa tomou providências relacionadas às formas de trabalho e vem tratando o assunto, coordenando as ações e promovendo orientações e posicionamentos para todos os funcionários. Considerando as informações e os dados até o momento, não há a visibilidade de impacto nas demonstrações financeiras ou alterações nas estimativas contábeis durante o exercício de 2021.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis**

### **a Apresentação das demonstrações financeiras**

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 4 de fevereiro de 2022, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

### **b Descrição das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### **b.1 Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

#### **b.2 Estimativas contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

#### **b.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

**b.4 Títulos e valores mobiliários**

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

**b.5 Operações de crédito**

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

**b.6 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

**b.7 Imobilizado de uso**

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

**b.8 Intangível**

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

**b.9 Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**b.10 Provisões**

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

**b.11 Demais ativos e passivos**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

**b.12 Ativos e passivos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

**b.13 Segregação do circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

#### **b.14 Imposto de renda e contribuição social**

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

A alíquota da CSLL para as cooperativas de crédito foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, conforme Medida Provisória nº 1.034/21. As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre as receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

#### **b.15 Resultados recorrentes e não recorrentes**

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

### **3 Caixa e equivalentes de caixa**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	37	6
Aplicações interfinanceiras de liquidez	29.601	20.243
	<b>29.638</b>	<b>20.249</b>

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

### **4 Aplicações interfinanceiras de liquidez**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Letras Financeiras do Tesouro	<b>29.601</b>	<b>20.243</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez da Cooperativa estavam compostas por títulos de Letras Financeiras do Tesouro, com remuneração de, aproximadamente, 96% do CDI.

Foi registrado no resultado do exercício, em aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$ 806 (R\$ 646 em 2020).

## 5 Operações de crédito

### a Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	<u>59.315</u>	<u>18.175</u>	<u>77.490</u>	<u>54.077</u>	<u>16.823</u>	<u>70.900</u>

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendas no montante de R\$ 18.816 (R\$ 13.439 em 2020).

### b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2021			2020		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	75.674	75.674	-	69.825	69.825
C	3,0	56	393	449	64	193	257
D	10,0	76	269	345	83	164	247
E	30,0	87	198	285	69	85	154
F	50,0	67	89	156	40	30	70
G	70,0	83	119	202	41	29	70
H	100,0	241	138	379	211	66	277
		<u>610</u>	<u>76.880</u>	<u>77.490</u>	<u>508</u>	<u>70.392</u>	<u>70.900</u>

### c Composição da carteira por faixa de vencimento

Ano	2021	2020
2022	-	13.565
2023	15.619	3.253
2024 a 2031	2.556	5
	<u>18.175</u>	<u>16.823</u>

### d Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 903 (R\$ 839 em 2020). Em 2021, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 351 (R\$ 226 em 2020), registrados em outros ingressos operacionais.

## 6 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

### a Composição por tipo de operação

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	<u>(942)</u>	<u>(137)</u>	<u>(1.079)</u>

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	<u>(679)</u>	<u>(110)</u>	<u>(789)</u>

### b Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo inicial</b>	<u>(789)</u>	<u>(799)</u>
Créditos baixados para prejuízo	390	493
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(689)	(483)
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 12)	9	-
<b>Saldo final</b>	<u>(1.079)</u>	<u>(789)</u>

## 7 Outros créditos

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Títulos e créditos a receber (i)	10.465	8.925
Diversos:		
Adiantamentos e antecipações salariais	5	4
Adiantamento por conta de imobilizações	284	465
Devedores diversos	4	-
	<b>10.758</b>	<b>9.394</b>

- (i) Trata-se de recebimentos de empréstimos e integralizações mensais, que são descontados em folha de pagamento e repassados à Cooperativa no mês subsequente.

## 8 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

<b>Descrição</b>	<b>Taxa anual de depreciação/ amortização</b>			<b>2021</b>	<b>2020</b>
		<b>Custo</b>	<b>Depreciação/ amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
<b>Imobilizado de uso</b>					
Instalações	10%	156	(58)	98	113
Móveis e equipamentos de uso	10% / 20%	172	(67)	105	127
		<b>328</b>	<b>(125)</b>	<b>203</b>	<b>240</b>
<b>Intangível</b>					
Software	12,5% / 33%	834	(245)	589	346
Projeto expansão	33%	580	(580)	-	32
		<b>1.414</b>	<b>(825)</b>	<b>589</b>	<b>378</b>
		<b>1.742</b>	<b>(950)</b>	<b>792</b>	<b>618</b>

## 9 Outras obrigações

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	28	2
Sociais e estatutárias:		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	10.411	8.838
Quotas de capital a pagar	256	250
	<b>10.667</b>	<b>9.088</b>
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	88	69
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	125	177
Credores diversos no País	1	3
	<b>126</b>	<b>180</b>
	<b>10.909</b>	<b>9.339</b>

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 11b).



Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

## 10 Provisões

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Provisão para outras contingências (i)	31	31
Provisão para contingências (ii)	7.551	4.667
	<b>7.582</b>	<b>4.698</b>

- (i) A Cooperativa é ré em 1 (uma) demanda discutida na esfera judicial, sendo o processo de natureza cível, com valor total de R\$ 50, em 31 de dezembro de 2021, classificados pelo seu assessor jurídico como perda provável, sobre a qual a administração da Cooperativa optou, em constituir provisão no valor de R\$ 31.
- (ii) No exercício de 2018, a Cooperativa constatou, através de trabalho específico e de terceiros especialistas, pagamentos indevidos e a maior de tributos federais de exercícios anteriores, sendo objetos de pedidos de compensação do Imposto de Operações Financeiras – IOF, no período. Desse modo, foi registrado o montante de R\$ 7.551 (R\$ 4.667 em 2020) referente a tributos já compensados, mas ainda não homologados pela Receita Federal.

## 11 Patrimônio Líquido

### a Capital social

É representado pelas integralizações de 81.589 e 86.805 cooperados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas partes.

No exercício de 2021, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 19.138 (R\$ 19.278 em 2020), e ocorreram devoluções em 2021, no montante de R\$ 14.589 (R\$ 15.179 em 2020) proveniente de cooperados desligados.

O capital social é de R\$ 74.270 e de R\$ 69.721 em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, respectivamente.

**b Destinações estatutárias e legais**

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2021 e de 2020, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	17.506	10.070
Destinações estatutárias:		
Reserva legal (i)	(1.750)	(1.006)
FATES (ii)	(874)	(503)
Transferido para FATES (iii)	(8)	(12)
Reversão da reserva legal (iv)	32	244
Sobras à disposição da Assembleia Geral	<b>14.906</b>	<b>8.793</b>

- (i) 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- (ii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 9(i)).
- (iii) Transferência de resultado de ato não cooperativo das sobras para o FATES.
- (iv) Reversão da Reserva Legal para as sobras, referente ao plano de expansão.

**c Sobras (perdas) acumuladas**

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovada as destinações das sobras acumuladas do exercício de 2020, para o FATES (R\$ 7.762), para a reserva legal (R\$ 862) e para reserva de contingências (R\$ 169).

## 12 Outros ingressos operacionais

<b>Descrição</b>	<b>2020</b>		<b>2019</b>
	<b>2º semestre</b>	<b>Exercício</b>	<b>Exercício</b>
Contribuição Cooperativa (i)	484	812	-
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 5d)	169	351	226
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 6b)	-	9	-
Outras rendas operacionais	110	828	-
	<b>763</b>	<b>2.000</b>	<b>226</b>

- (i) Trata-se contribuição mensal no valor de R\$ 1,00 dos cooperados ativos para melhor atender a equanimidade de cobertura das despesas da Cooperativa.

### 13 Dispêndios administrativos

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>		<b>2020</b>
	<b>2º semestre</b>	<b>Exercício</b>	<b>Exercício</b>
Despesas de Cost Sharing (i)	(348)	(696)	(696)
Serviços técnicos especializados	(244)	(448)	(444)
Desenvolvimento e manutenção de sistemas	(285)	(438)	(310)
Despesas OCESP	-	(146)	(140)
Outros	(80)	(161)	(204)
	<b>(957)</b>	<b>(1.889)</b>	<b>(1.794)</b>

(i) Refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa dos serviços prestados pelo Grupo Pão de Açúcar - GPA.

### 14 Dispêndios de pessoal e honorários

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>		<b>2020</b>
	<b>2º semestre</b>	<b>Exercício</b>	<b>Exercício</b>
Proventos	(416)	(846)	(939)
Encargos sociais	(149)	(297)	(446)
Benefícios a empregados	(42)	(87)	(113)
	<b>(607)</b>	<b>(1.230)</b>	<b>(1.498)</b>

### 15 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

### 16 Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

## 17 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

### Diretoria

	<u>2021</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>	<u>2020</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>
Capital Social	10	74.270	0,01%	8	69.721	0,01%

### Conselho de administração

	<u>2021</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>	<u>2020</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>
Capital Social	26	74.270	0,03%	23	69.721	0,03%

### Conselho fiscal

	<u>2021</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>	<u>2020</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>
Empréstimos	42	77.490	0,05%	26	70.900	0,04%
Capital Social	33	74.270	0,04%	21	69.721	0,03%

### Gerência

	<u>2021</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>	<u>2020</u>	<u>Total da Conta</u>	<u>% Total</u>
Capital Social	4	74.270	0,01%	3	69.721	0,00%
Remuneração	327	-	-	239	-	-

A Cooperativa possui relação transacional com o Grupo Pão de Açúcar, decorrentes da associação dos funcionários. Entre as obrigações do Grupo Pão de Açúcar com essa relação, estão os repasses para a Cooperativa, de valores correspondentes a integralização de capital e quitação de parcelas de empréstimos, cujos descontos ocorrem em suas folhas de pagamento.

<u>Empresa</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Transferências</u>	<u>Transferências</u>
Cia Brasileira de Distribuição	70.107	63.201
Sendas Distribuidora	48.384	-
SCB Distr Com Varj de Alimentos	2.873	-
Novac Comercial Ltda.	44	34
Greenyellow BR	37	58
GPA Malls & Properties	31	28
STIX Fidelidade e Inteligência S/A	31	21
Instituto P.A. Desenv. Humano	23	29
Coop Econ. e Créd. M. Empr. GPA	10	-
Greenyellow Performance Energetica S/A	1	-
Assai	-	32.757
Comprebem	-	1.756
	<u>121.541</u>	<u>97.884</u>

## 18 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão de risco da entidade é definida na política que atende aos requisitos predefinidos nas Resoluções nº 4.557/2017 e Resolução 4.606/2017 do BACEN e visa direcionar a estrutura integrada e simplificada de gerenciamento contínuo de riscos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que a Cooperativa está exposta de maneira relevante.

### a **Risco operacional**

A gestão de risco operacional é definida como gerenciamento da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição inclui o controle do risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Cooperativa.

Em atendimento à Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, a Cooperativa mantém processo de gerenciamento de risco operacional que inclui: as diretrizes, os procedimentos para controles, método de apuração de não conformidades que geram perdas, as avaliações dos riscos da atividade e os processos decisórios.

Estas atividades serão realizadas de acordo com as responsabilidades e alçadas de cada integrante, conforme destaques abaixo:

### b **Diretoria Executiva**

É responsável pelo cumprimento das políticas, normas e metodologias aplicáveis para o monitoramento e gerenciamento dos riscos, pela propositura de projetos e ações mitigadoras de riscos, bem como pela implementação de suas deliberações.

É responsável por avaliar as políticas, normas e metodologias de monitoramento dos riscos, aprovar as estratégias e as políticas para o adequado gerenciamento dos riscos e supervisionar a sua observância e implementação, em conformidade com os normativos aplicáveis.

#### **Diretor Responsável**

Responsável pela implantação e a implementação da área e da estrutura de controles dos riscos operacionais e do estabelecimento dos procedimentos pertinentes aos mesmos, e a verificação sistemática da adoção e do cumprimento desses objetivos. O Diretor responsável informará periodicamente à Diretoria Executiva as medidas tomadas bem como o resultado alcançado.

### c **Gestor de risco operacional**

O Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT) é responsável por monitorar, controlar e acompanhar os indicadores de riscos instituídos pela Cooperativa, avaliar sistematicamente os processos e propor novos pontos de controle relacionados aos riscos, sempre que necessário.

**d Risco de mercado**

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, define como risco de a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Estão incluídos nesta definição os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O processo de gerenciamento de risco de mercado inclui: as diretrizes, os procedimentos para controles, método alinhado ao mercado, as avaliações dos riscos da atividade e os processos decisórios. As atividades serão realizadas de acordo com as responsabilidades e alçadas de cada integrante, conforme destaques abaixo:

**e Diretoria Executiva**

Responsável por aprovar a política de Gerenciamento Integrado e Continuo de Riscos e avaliá-la no mínimo, uma vez ao ano, verificando e revisando a sua eficácia, e propondo melhorias ou adequações para atingir o objetivo proposto.

**f Diretor responsável**

Responsável pela implantação e a implementação da área e da estrutura de controles dos riscos de mercado e do estabelecimento dos procedimentos pertinentes aos mesmos, e a verificação sistemática da adoção e do cumprimento desses objetivos. O Diretor responsável informará periodicamente à Diretoria Executiva as medidas tomadas bem como o resultado alcançado.

**g Gestor de risco de mercado**

O Coordenador Financeiro é responsável pela mensuração, monitoramento e controle do risco de mercado, bem como responsável pela consolidação e apresentação de relatórios, quando necessário.

O Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT) é responsável pela remessa de informações ao BACEN de que trata a legislação vigente.

Admite-se que o gestor de risco de mercado seja o mesmo de risco operacional, desde que uma atividade não atrapalhe a outra e haja relação harmoniosa entre ambas, visto a estrutura de cooperativa.

Objetivando a contingência do Gestor de Risco, numa eventualidade assume sua função o Gerente administrativo financeiro (Controles Internos/Riscos/PLD-FT), que será treinado em tempo hábil e receberá informações do processo periodicamente.

**h Risco de crédito**

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, permitir a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados a Cooperativa.

As formas de pagamento dos empréstimos são consignação em folha de pagamento, nos casos de quitação antecipada, são efetuados via depósito em conta corrente da Cooperativa. Foi contratado sistema de automação de cooperativas de crédito que gera análise dos riscos, considerando pontuação obtida nas variáveis da avaliação cadastral, conforme Tabela “Análise de Rating, e são efetuadas avaliações do risco da operação.

A classificação das operações nos níveis de risco da Cooperativa será revista mensalmente e classificado conforme disposto na Resolução nº 2.682/1999.

**i Risco de liquidez**

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto na Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, trata da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações”.

Caberá à Diretoria Executiva rever as políticas de captação e de liberação de crédito para adequações condizentes com a realidade econômica e financeira da Cooperativa pelo período necessário ao equilíbrio financeiro.

**j Risco socioambiental – PRSA**

A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental previsto na Resolução nº 4.327/2014 do BACEN, deve conter princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas.

**k Risco de Capital**

O conceito de risco de capital não compõe o conteúdo do Manual de Controles Internos da Cooperativa (classificada como Cooperativa Clássica), uma vez que é obrigatório somente para Cooperativas Plenas conforme previsto artigo 40 §2º e 3º da Resolução 4.557/2017, do BACEN.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E  
CREDITO MUTUO DOS  
EMPRESA:46277273000189

Assinado de forma digital por COOPERATIVA  
DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS  
EMPRESA:46277273000189  
Dados: 2022.03.31 20:11:00 -03'00'

---

**Mirella Basolli Gomiero**  
Presidente do Conselho de Administração  
CPF 038.102.026-65

---

**Valéria Machado da Costa Mesquita**  
Contadora CRC 1SP 193.225/O-3  
CPF: 175.992.918-22

---

**Marcelo Simões Pato**  
Diretor responsável pela área contábil  
CPF: 258.510.538-52

\*\*\* fim \*\*\*

## REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

## CONTATO

### Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75  
15º Andar  
CEP 14021-613  
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900  
E [moorerp@moorebrasil.com.br](mailto:moorerp@moorebrasil.com.br)



[www.moorebrasil.com.br](http://www.moorebrasil.com.br)